

Empoderamento das mulheres

Maria Helena Santana Cruz

Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) - SE - Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - BA - Brasil. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) - SE - Brasil. Coordenadora da REDE Feminista Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (2016-2018). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de Gênero (NEPIMG). Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero do CNPq.

<http://lattes.cnpq.br/4620908024396665>

E-mail: helenacruz@uol.com.br

Submetido em: 01/02/2018. Aprovado em: 18/04/2018 . Publicado em: 13/08/2018.

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo refletir sobre o empoderamento da mulher na condição de sujeito político, elemento fundamental para sua emancipação e participação ativa na sociedade. Com vistas a alcançar o objetivo proposto, desenvolveu-se um estudo de natureza teórica, em diálogo com vertentes do conceito de gênero e poder, entre outros. O empoderamento envolve um processo político para gerar compreensão dos complexos fatores que criam subordinação/exclusão das mulheres do mundo público/político e engendrar consciência sobre a reformulação/desconstrução dos atuais esquemas políticos e sociais da sociedade. Tais aspectos correspondem às alternativas de sobrevivência de várias mulheres e suas famílias, sobretudo as de baixa renda, pois levam demandas do espaço privado para os espaços públicos, influenciando nos processos de tomadas de decisões.

Palavras chave: Empoderamento. Poder. Gênero. Participação. Reconhecimento.

Women's empowerment

ABSTRACT

This paper aims to reflect on empowerment of women on a political condition of subject, a key element for their emancipation and active participation in society. In order to achieve a proposed objective, we developed a study of theoretical, in dialogue with aspects of concept of gender and power, among others. Empowerment involves a political process to generate understanding of complex factors that create subordination / exclusion of women from the public / political world and engender awareness of reformulation / deconstruction of society's current political and social schemas. These aspects correspond to survival of alternative several women and their families, especially in poor, because lead demands of private space for public spaces, influencing on decision making processes.

Keywords: *Empowerment. Power. Genre. Participation. Recognition.*

Empoderamiento de las mujeres

RESUMEN

El presente artículo destaca la importancia del empoderamiento de la mujer, y cómo éste permite su papel esencial en participación activa en los aspectos social, económico, político y cultural. Desarrolla un enfoque teórico centrado en distintos autores, en diálogo con vertientes del concepto de participación, género, adquisición de poder, entre otros. Sostiene que el empoderamiento requiere la comprensión de los complejos factores que generan la subordinación femenina, se orienta a cambiar la naturaleza y dirección de las fuerzas sistémicas que excluyen a la mujer y segmentos en desventaja social, posibilita la participación activa en movimientos de concientización en la sociedad.

Palabras clave: Empoderamiento. Poder. Género. Participación. Reconocimiento.

INTRODUÇÃO

Muito tem sido debatido e discutido sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea, problematizando as heranças arraigadas e construídas sobre bases e práticas patriarcais. Atualmente, apesar dos avanços da inclusão do enfoque de gênero nas agendas públicas em nível mundial, particularmente no Brasil, as mulheres, em razão de seu gênero, continuam com barreiras de equidade, sofrendo violência, com dificuldade de aceder a recursos econômicos, educativos e espaços políticos de decisão.

Através de textos de autores distintos, este artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de empoderamento, ou *empowerment*, de mulheres, relacionado a uma das vertentes do conceito de participação. Para tal, estabelecendo um diálogo com as formas de aquisição de poder e reconhecimento, e as ações sobre os recursos, reformulação e desconstrução dos atuais esquemas que constroem a desigualdade nos aspectos políticos e sociais. Falar de empoderamento das mulheres é oportuno porque se discutem a inclusão e a exclusão delas no mundo público/político e porque é fundamental a sua participação na complexa arena do poder público, no conjunto da vida social e econômica, porque a desigualdade de gênero segue perene, e porque devemos perguntar sempre como reverter a complexa relação das mulheres com o poder, que, por centenas de anos, as tem marginalizado tanto no plano formal institucional como no cultural e simbólico.

Corroboramos o ponto de vista de que, particularmente em um país como o Brasil, não é possível nos esquecermos da desigualdade e nos voltarmos apenas para as diferenças entre os indivíduos. Não cabe, portanto, abandonarmos a ideia de totalidade (GARCÍA CANCLINI, 1990).

Nessa linha de reflexão, antecipa-se a hipótese de que para desafiar a sua subordinação, as mulheres, primeiro, têm que reconhecer a ideologia que legitima a dominação masculina, e, segundo, entender como se perpetua sua opressão. Esse reconhecimento questiona os valores e as atitudes que a maioria das mulheres internalizam em seus processos de socialização, desde crianças. Com resistências às barreiras e discriminações, as mulheres necessitam converter-se em suas próprias defensoras para, assim, enfrentarem os problemas e situações que as afetam, e que têm sido previamente ignoradas.

É evidente que nenhuma prática social concreta é a pura expressão ou manifestação de uma relação social única. Os conceitos de poder e dominação patriarcal vêm sendo utilizados como base para explicar a subordinação feminina. As teorias do patriarcado, a partir da sociologia clássica de Weber e Marx, intentam compreender as origens da dominação/exploração da mulher no trabalho, como fundada na forma arcaica de dominação que é o patriarcalismo, definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas.

É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos, no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura (CASTELLS, 1999). Assim, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional; nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade são marcados pela dominação e violência.

As relações de gênero na sociedade patriarcal fazem parte da dinâmica social das desigualdades, nas quais podem ser pautadas as chamadas diferenças ‘naturais’ construídas socialmente entre os sexos masculino e feminino. Nesse sentido, as diferenças ‘naturais’, denominadas pelo seu sentido biológico, são instrumentos utilizados pela sociedade com seus respectivos critérios hierárquicos para a distribuição de papéis. A hierarquia é assim colocada como uma forma organizadora dos modelos classificatórios, como um modo de organizar o mundo, baseado no princípio do valor que confere significado às diferenças de valores de gêneros distintos.

O USO DO TERMO EMPODERAMENTO

O termo empoderamento (*empowerment*) originou-se nos Estados Unidos durante os movimentos de direitos civis dos anos de 1960, generalizando-se em vários aspectos, em nível internacional, nacional e comunitário. No início foi liderado por mulheres feministas no campo do desenvolvimento e dos movimentos sociais das mulheres, em meados dos anos de 1970, e logo se ampliou aos estudos sobre comunidades; o termo passou também a nomear a cooperação para o desenvolvimento em agências como o Banco Mundial e chegou a ser parte das *Metas do Milênio* estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, com o apoio de 191 nações, que ficaram conhecidas como *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (ODM). São eles: 1. Acabar com a fome e a miséria. 2. Oferecer educação básica de qualidade para todos. 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. 4. Reduzir a mortalidade infantil. 5. Melhorar a saúde das gestantes. 6. Combater a Aids, a malária

e outras doenças. 7. Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente. 8. Estabelecer parcerias para o desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Consta do objetivo 3: “Promover a equidade de gênero e o empoderamento”, aí ocorrem tanto a ampliação do seu uso quanto um esforço para cumprir esse objetivo, em resposta à necessidade de gerar mudanças dentro das relações de poder entre os gêneros. É importante chamar a atenção que não adianta melhorar apenas as estatísticas gerais, sem oferecer condições iguais a todas as etnias. A partir de 2006, a ONU estipulou o nono objetivo para o Brasil: garantir que as melhorias obtidas na luta pelo cumprimento dos objetivos do milênio promovam igualdade de condições para brancos e negros. Tal meta foi batizada como *Os objetivos do milênio sem o racismo*, sendo levada em conta na análise dos resultados finais da campanha. Ou seja, só seriam cumpridos os oito objetivos principais se, em 2015, brancos e negros estivessem em condições iguais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

O Brasil é um dos países que mais avançou no cumprimento das metas dos ODMs. Em relação ao ODM 5: “melhorar a saúde materna”, embora o Brasil ainda não tenha alcançado a meta estipulada para a redução da mortalidade materna, o país diminuiu em 55% a taxa de óbitos das gestantes, encolhimento de 141 para 64 óbitos por mil nascidos vivos em duas décadas. Esse desempenho foi melhor que as médias registradas nas nações em desenvolvimento e na América Latina. As conquistas já obtidas no país devem-se à implantação de políticas públicas que priorizaram as metas estabelecidas e ao engajamento dos diferentes atores públicos, privados e da sociedade civil. Contudo, precisamos avançar e eliminar os hiatos e barreiras em relação à construção de uma sociedade mais democrática.

A transição dos *Objetivos do Milênio* aos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, aprovada pela ONU em 25 de setembro de 2015, por 193 países, traz objetivos de forma mais ampla e inclusiva, e a meta é erradicar a pobreza em todas as suas formas até 2030.

Os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODSs) contemplam as dimensões econômica, social e ambiental. A definição dos ODSs baseou-se em processos de consultas abertas e de pesquisa global, coordenado pela ONU, com a participação de mais de 1,4 milhão de pessoas de mais de 190 países – governos, sociedade civil, setor privado, universidade e instituições de pesquisa. A proposta dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) foi no sentido de que alcançar um compromisso global ainda maior e o desenvolvimento de ações e políticas – a Agenda 2030 –, da qual os ODSs são a espinha dorsal, exigirá um compromisso global ainda maior e o desenvolvimento de ações e políticas nacionais mais fortes e focadas no alcance dos 17 objetivos e 169 metas. Dessa maneira, os esforços para se construir um mundo de prosperidade, equidade, liberdade, dignidade e paz continuam; e o trabalho conjunto entre a ONU, os governos, a sociedade civil e outros parceiros para a Agenda 2030 permanece prioritário.

Desde meados dos anos de 1980, o termo empoderamento tem sido popular no campo do desenvolvimento, especialmente em referência a mulheres nos programas de base, sendo empregado virtualmente em relação a termos como: bem-estar, melhoramento na participação comunitária e alívio da pobreza, e para descrever a meta de desenvolvimento e suas intervenções. O conceito de empoderamento como parte do Movimento Social de Mulheres surgiu em todo o mundo, particularmente entre as feministas do Terceiro Mundo, mediante um diálogo contestatório e rebelde, com os modelos segmentados de desenvolvimento que invisibilizaram as mulheres. Particularmente, as mulheres acadêmicas interpelaram/reivindicaram a necessidade de se visibilizarem os interesses e necessidades das mulheres, entre práticas e estratégias.

A inserção do conceito empoderamento na agenda política tem como fonte de interação o feminismo e o conceito de ‘educação popular’ desenvolvido na América Latina nos anos de 1970 (WALTERS, 1991). A conexão explícita entre desenvolvimento de programas, instrumentos e indicadores para avaliar e monitorar processos de empoderamento e seus resultados está em etapas incipientes. É necessário se fechar esta lacuna. Uma das preocupações versa sobre o conceito de emancipação atribuído para as mulheres, de forma instrumentalizada, utilizada de uma maneira retórica e despolitizada. Uma das contradições no debate acerca do termo empoderamento se expressa entre o individual e o coletivo, isto porque, no sentido individual, o empoderamento circunscreve-se ao sentido que os indivíduos o conferem.

Se bem que seja certo e importante reconhecer a dimensão individual/percepções individuais do empoderamento, não se pode ignorar a alteração das distribuições do poder nas relações sociais. Isto porque o empoderamento é um processo pessoal e político, cujas dimensões pessoais/internas e corporais não podem desvincular-se de suas conotações políticas, de impugnação das relações de poder vividas não somente nas relações familiares, nas quais os sujeitos vivem cotidianamente e, por sua vez, são parte da ordem social. Neste sentido, o empoderamento deve ser priorizado como transformação de estruturas de subordinação, ou seja, como um processo de emancipação.

Conforme afirma Magdalena León (1997), o empoderamento inclui a mudança individual e a ação coletiva para alterar os processos e estruturas que reproduzem a posição subordinada da mulher. Como primeira estratégia, devem-se responder às necessidades e demandas específicas das mulheres para sobreviver, para poder sair da pobreza. São demandas práticas: a luta pelo salário, pelo emprego, pela saúde, pela habitação, pelo colégio para os filhos, etc. A segunda estratégia refere-se àquelas necessidades e interesses que apontam a uma mudança fundamental nas relações desiguais de poder existentes entre os gêneros.

Cada vez mais a distância da divisão entre o individual/coletivo, prático/estratégico vai se acordando para avançar nos marcos mais integrados, segundo os quais o desenvolvimento deve trabalhar pelas mulheres, na prática, para elevar seus níveis de desempenho e ingressos, diminuir a carga de trabalho total, melhorar a saúde e reverter a feminização da pobreza.

Na década de 1990, o conceito de empoderamento com a perspectiva de gênero começou a ser utilizado por agências internacionais de cooperação, apresentando caráter polissêmico (para designar qualquer coisa que toma em conta as mulheres), e converteu-se em uma palavra da moda. Apesar do interesse crescente como marco de análise, seguiu-se o questionamento aos modelos, à retórica, à ambiguidade, à ambivalência, à contradição e aos paradoxos na sua utilização. Sustenta-se que o uso do termo ‘empoderamento’ considerado como um conceito sociopolítico também trouxe a participação formal e o enfoque da conscientização, emancipação, requerendo a compreensão dos complexos fatores que geram a subordinação feminina. Nesse ponto, a subordinação de gênero e sua construção social foram prioridades nas análises feministas e da educação popular inspiradas na teoria da conscientização de Paulo Freire (1987), que ignorou totalmente a perspectiva de gênero, porém, mediante a sua influência gramsciana, acentuou a necessidade de mecanismos de participação das instituições da sociedade, com o fim de criar um sistema equitativo de gênero.

Em coerência com a demanda de organismos internacionais, como a ONU, pela equidade de gênero como forma de reduzir os índices de pobreza e mortalidade, as organizações governamentais propugnaram pelo empoderamento das mulheres, em resposta às suas necessidades, à garantia de seus direitos e à sua reivindicação, para que possam participar de todos os setores sociais e gerar transformações em suas condições de vida.

Observa-se que as mulheres vêm assumindo um papel de provedoras e de chefiadas de família, sobretudo por deter em suas mãos o poder aquisitivo e contribuir, efetivamente, para o orçamento doméstico. Estudando as chefiadas femininas no Brasil, Elza Berquó (2002, p.248) evidencia que desde o final do século XX esboça-se uma tendência à diminuição da hierarquia conjugal, conforme sinalizado por muitas famílias. Mesmo com a presença de marido ou companheiro, a mulher é apontada como a principal provedora do domicílio. Para a autora, este pode ser “[...] um ligeiro indício de maior simetria de gênero no casal [...]”, isto porque no seu entender, uniões matrimoniais foram regidas por sistemas legais que variaram ao longo do tempo, o que dificulta a comparações por períodos muito extensos.

Os dados de gênero divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) mostram que as brasileiras estão tendo filhos mais tarde e se tornando chefes de família em mais domicílios do país. Elas comandam 87% das famílias sem cônjuge e com filhos. Entre 2010-2014, a quantidade de lares chefiados por mulheres aumentou 67% – 11,4 milhões de mulheres passaram a essa condição, no período. O aumento das mulheres na condição de pessoa de referência nos domicílios é atribuído ao maior acesso delas ao mercado de trabalho. Contudo, permanecem as assimetrias na divisão sexual do trabalho. Elas têm mais anos de estudo, se dividem entre o trabalho e os cuidados com a casa (desempenham dupla, tripla jornada de trabalho), ganham menos e trabalham mais. O trabalho não remunerado da mulher, especialmente o realizado no âmbito familiar, não é contabilizado por nosso sistema estatístico e não possui valorização social (nem pelas próprias mulheres), embora contribua significativamente para a renda familiar e venha crescendo. A mulher ainda encontra dificuldade em separar a vida familiar da vida laboral, ou vida pública da vida privada, mesmo tratando-se da participação no mercado de trabalho, na população economicamente ativa.

É importante destacar que o tipo de desenvolvimento econômico, cultural e social de uma região é condicionado por sua localização na totalidade geográfica e social. Particularmente, as condições de desenvolvimento econômico no Brasil e, como de resto, em toda a América Latina são resultantes do próprio processo de modernização conservadora e têm apresentado distorções próprias das economias dependentes dos países centrais que detêm hegemonicamente o capital, a tecnologia e os mercados para seus produtos. Em face da herança cultural, o espaço geográfico e temporal no qual o indivíduo está inserido engendra estruturas condicionantes de determinados modos de ser.

Não se pode esquecer de que, na realidade brasileira, tem-se um passado de padrões de relacionamentos autoritários, reforçados pela herança dos regimes militares, o que provavelmente contribui para dificultar a construção de práticas em que as relações democráticas se apresentem como características predominantes (CRUZ, 2005). A região do Nordeste brasileiro e o Estado de Sergipe, em particular, inserem-se no contexto de desenvolvimento periférico, apresentando marcas do passado histórico com forte influência do período colonial. Como sociedade caudatária da civilização europeia e, mais precisamente, como ex-colônia portuguesa, o Brasil estruturou seu modelo familiar nos moldes ditados pela cultura romano-cristã, ali recolhendo as bases para a construção de suas leis que regem as relações entre os sexos (LEITE, 1994, p. 52).

Em decorrência, tende a apresentar estruturas arcaicas de poder, com formas de sociabilidade marcadas por traços de organização patriarcal calcada no modelo cristão, em que a mulher ocupava posição secundária, devendo obedecer e se submeter à autoridade de fato da figura masculina, em geral o pai ou o irmão, ou o chefe de família. O lugar da mulher era a esfera privada, no âmbito da família, o campo doméstico; a esfera pública, o poder caracterizava-se como eminentemente masculino.

Então, desponta o discurso gerador de justificativas biológicas sobre a fragilidade feminina, necessárias à política sexual de separação das esferas pública e privada. Frise-se que essa análise exige a desconstrução de muitos significados vinculados à biologia, ao sexo, à natureza, ao gênero. É importante destacar que o patriarcado não pode ser analisado como um domínio ideológico tendo como os lócus da reprodução de classe. Existe uma estrutura patriarcal de produção, uma estrutura de classe e de cultura; as duas são coordenadas, não complementares e são entrelaçadas. Sua dinâmica interage; elas ajudam a estabilizar e a desestabilizar uma a outra e seus efeitos na vida de qualquer pessoa são condensados. A dinamização de uma esfera (classes sociais, produção) não pode deixar de ter efeito sobre a dinâmica da outra. O ponto essencial é que, como uma questão de fato, essa estrutura conjunta é a estrutura da formação da pessoa (CONNELL, 1993).

Em sua análise sobre o declínio das formas tradicionais de família patriarcal, Castells (1999) considera esta como base fundamental, aponta alguns indicadores que originam esse fato, assinalando como forças propulsoras o crescimento da economia informacional, global, mudanças tecnológicas na reprodução da espécie e a luta das mulheres, por ele denominado “movimento multifacetado”, ressaltando que estes remontam aos primórdios da civilização, embora ausentes dos registros históricos, vindo a ganhar destaque nos últimos 30 anos, causando impacto profundo nos mais variados segmentos da sociedade. O fato de que suas raízes estão na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie não deve ser esquecido, fazendo-se importante do ponto de vista analítico e político.

Preconiza-se que o patriarcado – cultural histórica e juridicamente construído na América Latina – tende a ser amenizado e superado à medida que a sociedade fortalece seu caráter democrático e busca transitar para a instauração de relações sociais de sexo/gênero mais justas.

Pode-se entender que as formas de sociabilidade são distintas e bastante demarcadas por suas especificidades, envolvendo a dinâmica das relações contraditórias (as mesmas presentes na sociedade de classes) que possibilitam a confirmação ou a negação das relações vigentes. Nessa dinâmica, os sujeitos – atores individuais e coletivos – são, ao mesmo tempo, produtores e produto das relações sociais, refletidos no conjunto do sistema de valores e nas normas de comportamento da sociedade. Esses sujeitos agem no interior de uma moldura de sociabilidade dotada de constituição histórica, eles próprios responsáveis não apenas por conduzir ao distanciamento da mulher em face do papel que lhe é atribuído, mas também por contribuir para transformar essa moldura em objeto de crítica social, tendo em vista formas de emancipação (CRUZ, 2005). Nesse contexto, muitas mulheres em situação de pobreza nunca se permitiram pensar por si mesmas, tomar suas próprias decisões, exceto em circunstâncias inusuais, por exemplo, quando o homem que toma as decisões tem estado ausente ou renunciou ao seu papel.

O EMPODERAMENTO – UMA NOVA CONCEPÇÃO DE PODER

As noções atuais de poder têm se desenvolvido em sociedades hierárquicas de dominação masculina, com base em valores discriminatórios, destrutivos e opressores. Nesse ponto, o empoderamento das mulheres, numa perspectiva mais ampla, pode transpor o âmbito doméstico e se consolidar em esferas públicas, na medida em que a participação delas é ativa em movimentos, conscientização na sociedade, atuação nas instâncias governamentais e também com a criação de organizações da sociedade civil (associações). É preciso compreender que o processo de empoderamento das mulheres tem que desenvolver uma nova concepção de poder, que assuma formas de democracia e poder compartilhado, favorecendo a construção de novos mecanismos de responsabilidade coletiva, da tomada de decisões e de responsabilidades. Entende-se que nenhuma forma de controle é absoluta e, assim, sempre haverá algum espaço, mesmo reduzido, que permitirá a existência de autonomia.

Conforme Stromquist (1997), a plena definição de empoderamento deve incluir os componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos. O componente cognitivo faz referência à compreensão que têm as mulheres sobre suas condições de subordinação, assim como as causas desta nos níveis micro e macro da sociedade. Envolve a necessidade de tomar posições que, possivelmente, vão contra as expectativas centrais e sociais; assim mesmo se refere à compreensão de padrões de comportamento que criam dependência/interdependência. A aquisição de novo conhecimento é necessária para criar um entendimento diferente das relações de gênero e abolir crenças antigas que estruturam ideologias de gênero. Também inclui conhecimento sobre a sexualidade que vai muito além de temas de planificação familiar. A área cognitiva também envolve o conhecimento das mulheres sobre os direitos jurídicos/legais, políticos e econômicos e corresponde à busca da igualdade. Libertar-se é querer ir mais adiante, marcar a diferença, realizar as condições que regem a alteridade nas relações de gênero, de modo a afirmar a mulher como um indivíduo autônomo, independente, dotado de plenitude humana é tão sujeito diante do homem quanto o homem diante da mulher.

O componente psicológico inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem colocar em prática em nível pessoal e social para melhorar sua condição, a ênfase na crença de sua autonomia para obter êxito em seus esforços para mudança. A autonomia dá ênfase à faceta psicológica do conceito de empoderamento, envolve o poder desde dentro para que as mulheres possam exercer qualquer poder sobre os outros segmentos da sociedade. Stromquist entende que o elemento psicológico precisa ser reforçado com o componente econômico, como forma de superar a subordinação econômica das mulheres, para que elas tenham capacidade de comprometer-se com a atividade produtiva que lhes dará algum ganho, grau de autonomia e oportunidade de ser empoderada.

O poder supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais; isto também significa a habilidade para organizar e mobilizar as mudanças sociais. Em consequência, um processo de empoderamento deve envolver a consciência individual, assim como a ação coletiva, fundamental para o propósito de alcançar transformações sociais.

Nas análises tradicionais, o poder estava concentrado no Estado, centro regulador da sociedade. Karl Marx entendia o Estado como um aparato montado a favor das classes dominantes, como um órgão repressivo destas para manter a existência da propriedade privada. Max Weber concebia o Estado como detentor do monopólio do uso da força através de seu aparato armado. Já Emile Durkheim compreendia o Estado como o cérebro de um organismo. Todas essas análises entendem o poder como algo pairando sobre os indivíduos, como se estes não fossem responsáveis por ele. Em uma perspectiva micro-foucaultiana, o poder é assimilado não como uma entidade ou algo que tenha um local determinado para acontecer, mas sim como estando em todos os lugares. Muitos entendem poder ou o relacionam a algo extremamente dotado de significado negativo e repressivo, como também acreditam que o poder é algo que se possui e que se manipula. Para isso é necessária a presença de um indivíduo que o tenha em suas mãos e nele o centralize. O poder está em toda parte, pois provém de todos os lugares, tem capilaridade. O que é poder?, afinal de contas, foi preciso esperar o século XIX para saber o que era exploração, mas talvez ainda não se saiba o que é poder. Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder (FOUCAULT, 2006; 2001).

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que, de fato, ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir

(FOUCAULT, 2006, p.8). Para Foucault (2001), na produtividade do poder, o poder disciplinar produz o indivíduo moderno. Sendo uma relação e não um objeto ou um local, o poder, e a resistência a este, não necessariamente é visível. Pode esconder-se em uma tradição, em uma moral ou mesmo nas relações afetivas. Segundo Foucault, quanto mais escondido o poder estiver, mais eficaz será, pois os dominados não perceberão a relação de dominação e assim não resistirão.

O foco do poder pode ser mudado, particularmente para as mulheres, possibilitando que as assimetrias e desvantagens historicamente produzidas sejam hierarquicamente modificadas pelo empoderamento. É importante desafiar a ideologia patriarcal e habilitar as mulheres, de modo que possam aceder tanto aos recursos materiais como a informações e exercer controle sobre eles. Não existe uma fórmula mágica ou um desenho infalível para o empoderamento. Entretanto, a experiência mostra claramente que as estratégias de empoderamento têm que intervir no nível da 'condição' das mulheres, ao mesmo tempo em que estão transformando sua 'posição', abordando simultaneamente suas necessidades práticas e suas estratégias.

É importante considerar que a opressão de gênero é um fenômeno não reduzido a relações interpessoais, mas antes possui um caráter e consistência social. Por sua vez, falar do conceito de gênero significa falar de poder, de uma categoria de análise sobre a condição, situação e diferenças entre homens e mulheres; caracteriza-se por sua ênfase na influência dos aspectos sociais e culturais sobre os biológicos. O gênero é um termo científico que se desenvolveu inicialmente dentro da teoria feminista, e tem recebido distintas definições¹. Gayle Rubin (1993) assinala que o gênero se refere à construção cultural da diferença sexual, pois implica necessariamente as relações entre os sexos.

¹ Nem todas as feministas concordam com a ideia da primazia natural do sexo na construção sociocultural do gênero. Em 1969, em sua obra *Política Sexual*, Kate Millet (1960/1970) afirma que o sexo tem dimensões políticas que quase sempre são desconhecidas. Algumas autoras, como Catherine McKinnon (1982), advertem para a hegemonia da heterossexualidade na base do gênero, e usam os termos sexo e gênero como equivalentes.

O ‘sistema sexo/gênero’ é um conjunto de condições mediante as quais se satisfazem as necessidades sexuais transformadas. Na definição posterior de Joan Scott (1995), o gênero aparece como “[...] um elemento constitutivo das relações sociais que se baseiam nas diferenças entre os sexos [...]” e “[...] uma forma primária das relações de poder”. Como vemos, ambas as autoras se referem à diferença sexual como se esta antecedesse ao gênero. Contudo, a definição de Scott incorpora elementos novos, como o reconhecimento da transversalidade de gênero, e a atenção à influência dos ‘saberes e discursos’ em relação ao gênero –, e este aparece como uma construção cultural sobre a base do sexual.

De outro ângulo, partindo de uma concepção linguística da identidade como uma ‘construção discursivamente variável’ de seus atos, Judith Butler (1998) propõe uma versão não essencialista e performativa do gênero, constituído por um sujeito que se apropria dele; as identidades femininas e masculinas são produtos performativos que se realizam em um contexto cultural. Para a autora, o gênero não é binário senão múltiplo, e ocorre de acordo com as condições de cada mulher e de cada homem, aparece como o meio discursivo/cultural mediante o qual se produz uma ‘natureza sexuada’ ou um ‘sexo natural’, embora os sexos pareçam ser binários, em sua morfologia e constituição isto não ocorre. Evidencia-se, cada vez mais, a existência de pessoas que transcendem/transgridem a atribuição de gênero conforme seu sexo ao nascer; são ‘transgêneros’. O desenvolvimento histórico do conceito de gênero, apresentado de forma muito sucinta, tem contribuído não apenas para a emancipação e direitos das mulheres, mas também de grupos marginalizados, tais como lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgêneras e pessoas intersexuais (LGBTI). As concepções culturais acerca do gênero constroem, então, nossas ideias sobre o sexo, ao mesmo tempo nos fazem crer que este é ‘prediscursivo’, ou prévio à cultura e considerado como ‘natural’.

Desde essa perspectiva, sexo e gênero interatuam como realidades culturais. A partir dessas reflexões, podemos esboçar uma nova definição de gênero como um sistema de saberes, discursos, práticas sociais e relações de poder que, em uma época e em um contexto determinado, estrutura os conteúdos específicos das representações do corpo sexuado, da sexualidade e das diferenças físicas, socioeconômicas, culturais² e políticas entre os sexos (e as relações entre eles).

Corroborando Cecilia Sardenberg (1998), o conceito de gênero não substitui a categoria mulher, tampouco torna irrelevantes pesquisas/reflexões sobre mulheres como um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica e como é legitimada a situação de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Gênero dá conta da diversidade da condição/experiência feminina em sociedades distintas, no tempo e espaço, possibilita pensar as relações entre os sexos no plano das relações sociais de gênero (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e mulheres e entre homens e homens). A dimensão intersubjetiva é proclamada no aspecto individual e coletivo, inclusive por antropólogos contemporâneos – conforme destaca Ruth Cardoso –, no encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação em que é possível desvendar sentidos e explicitar relações desconhecidas. Mas adverte: “[...] é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos”. (CARDOSO, 1986, p.103). A análise das relações sociais de gênero fundamenta-se na compreensão de que as distinções entre mulheres e homens são resultado de construções culturais, são produtos da cultura e não decorrem de dados biológicos.

² Vemos, assim, que toda a constelação de elementos que hoje se chamam ‘sexualidade’, desde as diferenças anatômicas entre homens e mulheres, até suas relações afetivas, passando por sua orientação sexual, estariam remarcados pelos discursos culturais sobre os gêneros.

EMPODERAMENTO E RECONHECIMENTO DAS MULHERES

O empoderamento das mulheres envolve igualmente o reconhecimento uma dimensão do empoderamento desde a relação das mulheres com o seu entorno/contexto, com o marco dos direitos humanos e com o seu grupo social. Conforme Axel Honneth (2003), a luta pelo reconhecimento implica a obtenção de confirmação intersubjectiva por parte de cada sujeito, e o fato de ambos se apoiarem no conceito de solidariedade (complementado por valores e objetivos comuns, resultantes de experiência de interações passadas), ou seja, na expressão coletiva por direitos (articulação das necessidades sociais). O autor propõe formas de reconhecimento: de laços emocionais, de reconhecimento jurídico e dos direitos e da adesão solidária. A questão do reconhecimento, na condição de parte inseparável da percepção da autocompreensão das mulheres, dos movimentos sociais, e de toda a vida social em si, é um processo social permanente que se dá em relação aos outros, no marco das relações com eles e através dessas relações. Daí, a importância atual da construção do conceito de luta social e da sua ligação com 'sentimentos morais de injustiça' (HONNETH, 2003, p. 217).

Nessa direção, preconiza-se que os processos de empoderamento constituem modos de subjetivação; entretanto, são uma forma em que as mulheres se inserem em um exercício de constituição de subjetividade; as mulheres se apropriam desses processos, com base em sua particularidade/singularidade, ou seja, como elas próprias são, têm vivido e desejam viver. Se bem que os modos de subjetivação se estruturam socialmente de acordo com o que se supunha ideal não significa que os sujeitos sigam acriticamente. Na perspectiva foucaultina, ocorrem modos de subjetivação, que aludem às formas de configuração dos sujeitos, aos procedimentos e processos pelos quais o sujeito existe e se constitui. Em outras palavras, o autor chama de *subjetivação* ao “[...] processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mas exatamente de uma subjetividade, que evidentemente não é senão uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si”. (FOUCAULT, 2001, 39).

Nesse processo, propõe-se às mulheres uma forma de subjetividade ligada ao poder, à autonomia e à participação política; uma prática para que elas produzam a si mesmas, na qual cada uma se insere e configura de uma maneira particular. Tal como Foucault, em sua análise do processo de subjetivação, essas práticas não são nem alheias nem impostas ao sujeito, pois ele as apropria através de suas experiências, nas formas como faz e age consigo mesmo. Com efeito, a proposta de subjetivação que subjaz às de empoderamento das mulheres deve ser direcionada por discursos abrangendo as dimensões dos direitos humanos, baseada na igualdade entre os seres humanos e na garantia de que todos tenham as mesmas oportunidades e uma vida digna; e a dimensão de gênero, uma ferramenta conceitual centrada no discurso dos direitos humanos, na qual se pensa como as mulheres – historicamente – têm sido excluídas através da negação de seus direitos. Nessa perspectiva, a proposta de empoderar as mulheres não pode prescindir da igualdade nas condições e oportunidades de vida.

A DIMENSÃO DA EDUCAÇÃO NO EMPODERAMENTO

A problemática da discriminação é, certamente, complexa, e precisa ser trabalhada com base em uma dimensão multidimensional. No entanto, questionar o 'silêncio' que a aprisiona é fundamental. Desse modo, também as explicações centradas na cultura, na política e na ideologia assumem, hoje, papel de destaque no cenário social, adicionando-se às análises dos fenômenos complexos e contraditórios que se desenvolvem no nível econômico. Isso seria, insiste o autor, grave erro. Hall (1997) reafirma a centralidade da cultura no cenário contemporâneo e ressalta seu papel constitutivo em todos os aspectos da vida social. Para o autor, estamos mesmo diante de uma revolução cultural, evidenciada pela significativa expansão do domínio configurado por instituições e práticas culturais. Além disso, os meios de produção, circulação e troca cultural também se ampliam, graças ao desenvolvimento da tecnologia, particularmente da informática.

Para Hall (1997), as transformações culturais desenvolvem-se também de modo bastante agudo no nível do microcosmo. O autor refere-se exatamente à expressão ‘centralidade da cultura’, tal como empregada para significar a maneira como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, tornando-se elemento-chave no modo como o cotidiano é configurado e modificado. Assim, a cultura não pode ser estudada como variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo se mover, devendo, em vez disso, ser vista como algo fundamental, constitutivo, que determina a forma, o caráter e a vida interior desse movimento. “As versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferenças de vários tipos”. (SANTOS, 2003, p. 33).

Michael Apple (1999) entende importante valorizar e reconhecer a esfera cultural sem desconsiderar a força do capitalismo, o caráter determinante das relações de produção e do poder da classe social. Pode-se entender que as formas de sociabilidade são distintas e bastante demarcadas por suas especificidades, envolvendo a dinâmica das relações contraditórias (as mesmas presentes nas sociedades de classes) que possibilitam a confirmação ou a negação das relações vigentes.

Em nenhuma sociedade, as mulheres desfrutam das mesmas oportunidades educacionais oferecidas aos homens. Sua jornada de trabalho é mais longa e o seu salário é menor. A desigualdade de acesso e de desempenho das meninas, em termos educacionais, é tanto quanto consequência dessas disparidades. A desigualdade educacional é uma das grandes infrações dos direitos das mulheres e meninas e também uma barreira importante do desenvolvimento social e econômico. Por isso, a educação tem sido identificada por muitos como uma poderosa ferramenta de mudança, constitui um fator que suscita meios de melhorar as condições das mulheres.

A educação formal contribui substancialmente ao melhoramento da identidade de gênero através de mudanças nos estereótipos sexuais nos textos, promoção de identidades de gênero positivas por meio do currículo e formação docente com sensibilidade de gênero, um serviço de orientação e assessoria sexista. Estes elementos são, na opinião de Stronquist (1997), antecedentes cruciais para o empoderamento, no empoderamento mesmo. A autora prefere o conceito de empoderamento para comportamentos que estão na compreensão a um plano claro de ação para reeducação sobre os direitos das mulheres. A alfabetização pode ser, de fato, um dos meios mais exequíveis; sem dúvida, a alfabetização, em si mesma, tem demonstrado ser vaga e sujeito de múltiplas limitações, arraigada na natureza onipresente das desigualdades das mulheres.

Ainda que o nível de escolaridade seja maior e favorável às mulheres, não garante a elas igualdade de gênero no mercado de trabalho, mesmo que a diferença entre o salário feminino e o masculino tenha diminuído. O acirramento das desigualdades sociais pode ser observado na participação feminina no mercado de trabalho, especificamente no continente latino-americano, o que justifica a urgência de discussões que possibilitem maior entendimento dessa realidade. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) revela que, em média, há 10,6 milhões de mulheres na ativa, sendo 9,6 milhões ocupadas e 1,1 milhão desempregadas, considerando uma inatividade de mulheres estimada em 11,3 milhões. As mulheres fazem 52% de todo o trabalho no mundo, mas ganham, em média, 24% a menos do que os homens. A justificativa ideológica da exploração das mulheres está no fato de que elas necessitam menos de trabalho e de salários do que os homens, porque, supostamente, tinham – ou deveriam ter – quem as sustentasse.

A tradição cultural que definiu o homem como provedor da família e, portanto, responsável por trabalhar fora e ganhar o seu sustento, e a mulher como responsável pelos filhos e pela execução dos serviços domésticos, sempre foi um fato determinante para que poucas mulheres fossem à procura de trabalho. Assim, a inserção feminina no mundo do trabalho se dá através de remunerações mais baixas, com as mulheres ocupando postos tidos como de menor qualificação ou desqualificados.

Em todas as áreas do mercado de trabalho existe segregação de gênero, considerando as diferenças regionais e culturais. Para a autora, a segregação gera a divisão sexual do trabalho, a partir do momento que se define o que é função de mulher e de homem. A divisão tem sido mais acentuada, segundo a autora, tanto no processo de qualificação como no de requalificação, sob o enfoque das teorias da dominação. Helena Hirata (2002) destaca que a acentuada divisão sexual do trabalho tem gerado e reforçado diversas diferenciações nos contratos de trabalho, na qualificação, na política salarial e de treinamento, nas formas de inserção e ascensão, no paradigma de produção atual.

A segmentação entre os homens e as mulheres é parte integrante da divisão sexual do trabalho. Do ponto de vista histórico, pode-se observar que a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico fábrica/escritório/família) surgiu simultaneamente ao capitalismo, e que a relação assalariada não poderia estabelecer-se na ausência do trabalho doméstico. Os 'talentos', construídos socialmente, definem uma série de regras e lugares predeterminados que uma mulher deve ocupar. As diferenças fundamentais em relação às expectativas e ambições que se têm em relação a um homem, ou menino, é que para a mulher o seu lugar como ser social é pavimentado de submissão. O 'talento feminino' é, portanto, um conjunto de violências a que as mulheres são submetidas a partir do momento em que nascem, conformando, assim, lugares e características que elas devem assumir.

Esse ideário legitima a desvalorização do trabalho feminino e o considera como desqualificado por exigir a mobilização de qualificações aprendidas no espaço doméstico, as quais são consideradas naturais.

A discriminação contra meninas e mulheres ainda é generalizada na maioria das sociedades, tanto na educação quanto em temas gerais. Ao longo dos anos, as matrículas de meninas e mulheres nos diversos níveis da educação vêm crescendo mais rapidamente do que a de meninos. A educação confere às meninas conhecimentos sobre como influenciar a natureza e os rumos da sociedade e, quando adultas, incentivando-as a se engajar na vida pública, além de reforçar a cidadania. A desigualdade educacional é uma das grandes infrações dos direitos das mulheres e meninas e também uma barreira importante ao desenvolvimento social e econômico. Podemos dizer que a legislação sobre direitos humanos apenas alcançou sucesso parcial. Educação feminina em maior quantidade e de melhor qualidade gera efeitos positivos sobre o total da oferta de mão de obra. Conforme Stronquist (1997), para as mulheres que trabalham na agricultura, a educação contribui em boa medida para o aumento da produtividade, fazendo assim crescer a renda familiar e reduzindo a pobreza. A autora ressalta a importância de se considerar o empoderamento como um processo que deverá centrar-se nas mulheres adultas e na educação não formal: primeiro, como adultas elas têm tido muitas experiências de subordinação e isto lhes permite conhecer muito bem esse problema, apesar de não reconhecê-lo como tal; e segundo, a transformação dessas mulheres é fundamental para romper a reprodução intergeracional da autoridade patriarcal. Contudo, para a autora, isto não significa que a educação formal não tem um papel importante para elas.

PARA CONCLUIR

Considerando as especificidades e a complexidade do panorama social e cultural deste início de século, sugerimos que a concepção de justiça se amplie e se compreenda como a proporção em que as práticas sociais e educativas incitam o questionamento às relações de poder que, no âmbito da sociedade, contribuem para criar e preservar diferenças e desigualdades. Podemos admitir que as mulheres têm sido objeto do poder dominador na sociedade, particularmente do poder invisível. Por isso, se diz que estamos em situação de *desempoderadas*, porém, os poderes que temos tido são limitados, porque socialmente não são reconhecidos como tais. São poderes do privado do doméstico, e em grande medida do familiar. O poder não é dado às mulheres porque elas não têm o mesmo reconhecimento social que eles têm; basicamente, é atribuído ao domínio dos homens que, fundamentalmente, estão na esfera pública.

Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, a utilização de todos os ativos sociais e econômicos é crucial para a democratização nas relações sociais. Neste novo século se propõem às mulheres novos olhares, ações coletivas para a mudança para a democracia paritária e justiça de gênero, mediante uma participação em nível global, regional, nacional, local e comunitário, na família, na política, na economia e no social dos homens e das mulheres. O Brasil possui considerável abertura normativa acerca do tema do empoderamento, tão imprescindível em uma sociedade mais atuante e imbricada na construção de uma democracia que seja reflexo do seu povo. É preciso levar em conta as relações de poder entre homens e mulheres, e, desta maneira, buscar solucionar não somente condições concretas materiais das mulheres, senão também mudar as relações sociais de gênero na sociedade, construindo democracias com equidade de gênero. É importante que as mulheres tenham consciência, permitam-se ver as estruturas de opressão para questionar os valores que as sustentam, para transgredir, desafiar, resistir, para mudar as fontes de poder como emancipação.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. *Power, meaning and identity: essays in critical educational studies*. New York: Peter Lang, 1999.
- BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L.M. (Org.). *História da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- CARDOSO, R. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONNELL, R. W. *Schools and social justice*. Montréal: Our Schools/Our Selves Education Foundation, 1993.
- CRUZ, M. H. S. *Trabalho, gênero, e cidadania: tradição, modernidade*. Aracaju: Editora UFS, 2005.
- ENNE, A. L. O conceito de rede e as sociedades contemporâneas. *Revista Comunicação e Informação*, v. 7, n. 2, p. 264-273, 2004.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1990.
- GIROUX, H. *Theory and resistance in education: a pedagogy for the opposition*. London: Heinemann, 1983.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. *Educação & Realidade*, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.
- HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*, São Paulo: Boitempo, 2002. 336 p.
- HONNETH, A. *Luta pelo reconhecimento: para uma gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003. Edição brasileira.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Mensal de Emprego (PME)*. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.
- _____. *Síntese de indicadores sociais*. IBGE, 2015. Disponível em: <www.sof.org.br/2015/06/12/publicacao-estatisticas-de-genero>. Acesso em: 03 out. 2017.
- LEITE, C. L. de P. *Mulheres: Muito além do teto de vidro*. São Paulo: Atlas, 1994.

- LEÓN, M. (Org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas, 1997. Disponível em: <<https://issuu.com/renejaimetz/docs/el-empoderamiento-de-las-mujeres>>. Acesso em: set. 2017.
- MCKINNON, C. A. Feminism, marxism, method, and the state: An Agenda for: Theory. *Signs*, v. 7, n. 3, spring 1982.
- MILLET, K. *Politica-sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Assembléia do Milênio*. Nova Iorque, 2000. Disponível em: <<https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- _____. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <http://www.un.org/en/development/desa/policy/mdg_gap/index.shtml>. Acesso em: set. 2017.
- RUBIN, G. *O tráfico de mulheres*. Notas sobre a economia politica do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993 [1975].
- SANTOS, B. S. *Reconhecer para libertar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*. v. 16, n. 2, 1995.
- STROMQUIST, N. La búsqueda del empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, M. (Org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas, 1997. Disponível em: <<https://issuu.com/renejaimetz/docs/el-empoderamiento-de-las-mujeres>>. **Acesso em: mar. 2017.**
- SARDENBERG, C. M. B. *O enfoque de gênero: fundamentos teóricos e aspectos práticos*. Salvador: Ed. NEIM/UFBA, 1998.
- WALTERS, S. Her words on his lips: Gender and popular educations in South Africa. *ASPBAE Courier*, n. 52, 1991.